

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2016  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - João Amin - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio  
Leonel Pavan  
Padre Pedro Baldissera

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO (Orador) - Manifesta homenagem à Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - Regional de Santa Catarina - e aos voluntários do mutirão de reconstrução mamária, que vão atender mulheres que fizeram a mastectomia em decorrência de um câncer de mama, registrando que a Assembleia Legislativa já realizou várias audiências públicas abordando a importância da mamografia para a identificação precoce da doença.

Reivindica revisão da Portaria n. 0061/2015, que limitou a idade das mulheres para o exame, deixando de fora todas as pacientes abaixo de 50 e acima de 70 anos, público que também necessita da mamografia de rotina, alertando para o fato de a doença ter mais chances de ser vencida se for descoberta no início, informando que ficará atento ao assunto, já que se trata da doença que mais causa mortes e sofrimento entre as mulheres. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO NATALINO LÁZARE (Orador) - Registra o encaminhamento ao Plenário da moção, de sua autoria, em reconhecimento à Faesc pelos relevantes serviços prestados aos agricultores catarinenses, parabenizando a atuação do seu presidente, ex-deputado José Zeferino Pedroso, à frente de importantes iniciativas, a exemplo de dois programas especiais desenvolvidos pelo Senar/SC: Assistência Técnica Gerencial, visando o gerenciamento rural; e o de Gestão Financeira, proporcionando ao agricultor a possibilidade de conhecer o seu custo de produção.

Destaca sua participação, em São Paulo, no 3º Fórum Nacional do Biogás, ressaltando o grande potencial brasileiro na produção da referida energia, que resulta em solução ambiental e alternativa econômica para aqueles que produzem resíduos. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Em viagem recente a Portugal para tratar de questões relativas à drogadição, expõe a forma como a questão é tratada no referido país, destacando visita realizada a uma comunidade terapêutica estatal e participação em reunião da comissão de Combate às Drogas no Congresso Nacional de Portugal onde houve troca de experiências adotadas na luta contra as drogas em Santa Catarina e na Europa. Por fim, enaltece o trabalho que o governo português e o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência vêm fazendo no combate à drogadição. *[Taquígrafa: Cristiany]*

\*\*\*\*\*

## Partidos Políticos

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Repercute a desistência do governo em sediar os Jogos Abertos de Santa Catarina, na cidade de Tubarão, no mês de novembro, em razão do ciclone ocorrido no município, destacando que a Assembleia Legislativa se manifesta contra a referida decisão em nome dos atletas, professores, fundações municipais de esporte e faz um apelo ao secretário de Cultura e Esporte e ao presidente da Fesporte para que determinem a realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina, sugerindo à cidade de Blumenau, que há estrutura necessária para promover o evento, salientando que os Jogos Abertos são importantes e que alguns atletas dependem de bolsa para continuar os estudos. [Taquígrafa: Elzamar]

Partido: PSDB

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Reporta-se à reforma política que tramita no Congresso Nacional há vários anos, salientando que se faz urgente sua concretização devido ao recado dado pelos eleitores brasileiros na última eleição no Brasil, pois em muitas capitais os números de abstenções, votos nulos e brancos surpreenderam, demonstrando o descontentamento da população com a classe política e levando todos à reflexão sobre o voto obrigatório.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Corrobora o pronunciamento do deputado e pede o fim do voto obrigatório. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Informa que o governo de Michel Temer não para de congelar investimentos na Educação, Saúde e Área Social, dando fim à política de reajuste e recuperação do salário mínimo e desvalorizando o ser humano com a reforma trabalhista.

Critica a mídia que, aliada ao atual presidente, está publicando delações premiadas para criminalizar o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Lula.

Conclui dizendo que muitos vão ter saudades da política de distribuição de renda da ex-presidente Dilma Rousseff e chama a atenção para o triste momento vivido pelo Brasil, afirmando que ainda acredita no país. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA (Orador) - Relembra momentos difíceis que viveu por ocasião da passagem do Furacão Catarina pelo sul do estado, lembrando que tais momentos foram vividos novamente no mês de outubro quando um *tsunami* meteorológico afetou duramente a referida região, causando destruição e prejuízos em muitas cidades, principalmente à cidade de Tubarão.

Lamenta as perdas de muitos empresários e que o povo esteja sofrendo as consequências da tragédia climática, destacando que é preciso coragem para mais uma vez colocar a cidade nos trilhos e no caminho da recuperação econômica. Ressalta a pronta atuação da Defesa Civil e o posicionamento do ministro da Integração, que assumiu compromisso com medidas emergenciais de financiamento para as empresas prejudicadas, bem como a liberação do FGTS.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo pronunciamento e pela preocupação, demonstrando que é um defensor ferrenho do sul do estado. Lamenta que os jogos abertos não possam ser realizados na cidade de Tubarão, defendendo que outra cidade catarinense sedie os referidos jogos.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela manifestação e pelo relato que demonstra a verdadeira face de Santa Catarina, um belo estado, porém, assolado pelas catástrofes climáticas, ponderando que o governo do estado tem investido na questão da prevenção e

organização da resposta, através da Defesa Civil, bem como o governo federal, com a criação de mecanismos de auxílio àquela população.  
[Taquígrafa: Sara]

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0273/2016, de origem governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei 16.859, de 2015.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0563/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, que institui o Dia Estadual do Engenheiro de Materiais no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim".

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0222/2016, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra).

Como há uma emenda de plenário, a matéria retorna à comissão de Constituição e Justiça para que seja emitido um parecer e, posteriormente, será incluída na pauta novamente.

Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Esta emenda entrou hoje?

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Trata-se de emenda de plenário. É regimental e a matéria volta para a comissão de Constituição e Justiça, já que o projeto não está com regime de urgência. Assim, não há ferramenta legal que possa impedir a aceitação. Se o governo não cochilasse e mandasse o projeto com regime de urgência, a emenda de Plenário não caberia. Sei que não foi v.exa., mas foi um cochilo.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0001/2016, de autoria do deputado Gelson Merisio e outros, que dá nova redação ao art. 155 da Constituição do Estado de Santa Catarina, em tramitação conjunta com a Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2016, de procedência das Câmaras Municipais, que alteram de 12% para 15% o limite constitucional gasto pelo estado de 2017 a 2019, elevando 1% ao ano.

Ao projeto foram apresentadas subemenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar. *[Taquígrafa: Cristiany]*

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, comunidade catarinense que nos assiste, essa PEC é uma das mais importantes, sem dúvida nenhuma, para a área da saúde, e ela começou quando 154 Câmaras de Vereadores aprovaram um projeto de lei em seus municípios apoiando a mudança do coeficiente constitucional da Saúde de 12% para 15%.

O deputado Fernando Coruja coordenou essa importante PEC e essa importante representatividade do estado de Santa Catarina, através das câmaras municipais.

Posteriormente aos nossos vereadores, que apresentaram uma emenda com aumento de 0,5% ao ano, o presidente Gelson Merisio apresentou outra emenda com um percentual de 1% ao ano. Por sinal, uma emenda muito inteligente que estabelece uma progressão constitucional ano após ano, em três anos.

É importante dizer que na comissão de Finanças e Tributação foi aprovada uma subemenda modificativa, fazendo com que o projeto de lei da Câmara de Vereadores, o projeto de lei do deputado Fernando Coruja, estivesse apensado a sua emenda, deputado Gelson Merisio, fazendo com que a emenda modificativa apresentada pela Câmara dos Vereadores e pelo deputado Fernando Coruja fosse apensada a sua emenda, e assim alterar o percentual de 0,5% ao ano para 1% ao ano.

Portanto, essa foi uma emenda substitutiva do deputado Antônio Aguiar para que fosse aprovada neste Plenário hoje.

E quero dizer aos senhores que a emenda constitucional da Saúde é uma das mais importantes e relevantes para o estado de Santa Catarina, que é um dos primeiros estados a aumentar o percentual de 12% para 15% destinado à Saúde, fazendo com que mais R\$ 500 milhões sejam aportados na referida área.

Portanto, defendemos e pedimos, sim, a aprovação desta emenda que servirá de exemplo para outros estados.

Era isso, sr. presidente!

(Muito obrigado!)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) -  
Continua em discussão.

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, por até cinco minutos, a sra. deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, cumprimento também os secretários e secretárias municipais da Saúde, as representações dos hospitais filantrópicos do estado de Santa Catarina, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc.

Este é um momento muito importante para o Parlamento Catarinense, que sempre busca o debate para melhorar a saúde dos catarinenses. Esta Casa que já aprovou aqui um projeto de lei em que repassamos recursos deste Parlamento para a secretaria de estado da Saúde para cumprir com as metas, socorrer a população catarinense, mas é inegável que o setor da Saúde precisa de mais recursos para a garantia do acesso e os direitos do cidadão e cidadãs do estado de Santa Catarina.

Ao longo da última década, sra. deputada e srs. deputados, o governo do estado não cumpriu os mínimos constitucionais, conforme demonstram os pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - inclusive, no dia de amanhã, a secretaria de estado da Saúde, numa audiência pública, estará aqui prestando contas do segundo quadrimestre deste ano - e todos nós somos testemunhas da grave crise que passa a gestão da saúde no estado de Santa Catarina. Hoje mesmo houve um grande manifesto no Centro Administrativo, onde estavam presentes os secretários e secretárias municipais, o deputado Fernando Coruja, o deputado Dirceu Dresch e outros parlamentares, num ato de protesto e de cobranças das dívidas que já ultrapassam a R\$ 100 milhões aos municípios catarinenses.

Há muito tempo a comissão de Saúde vinha alertando da grave crise que passa a secretaria

estadual da Saúde. O mesmo se repete, por exemplo, com o Cepon, com o Hemosc, que levou à diretoria da Fahece a renúncia pela sistemática falta de pagamentos por parte da secretaria de estado da Saúde. [Taquígrafa: Elzamar]

Esta Casa, mais uma vez, na data de hoje, reafirma o compromisso com a saúde de todos os catarinenses.

Eu faço um alerta de que novos recursos para a saúde são necessários, e também estratégicos, mas ainda no momento em que um governo de plantão quer congelar os recursos à saúde e à educação em 20 anos, como é o caso da PEC n. 241, que está sendo debatida na Câmara dos Deputados, considerada a PEC da morte, que trará grandes problemas nos próximos 20 anos.

Novos recursos são fundamentais, mas tão importante quanto os recursos é a gestão da secretaria de estado da Saúde, é o secretário de Saúde poder fazer a gestão do Fundo Estadual da Saúde que, neste momento, aqui no estado de Santa Catarina, quem faz a gestão é o secretário da Fazenda.

Hoje a secretaria de estado da Saúde passa por uma grave crise e o governo tem a obrigação de resolver esta situação, que pode, inclusive, inviabilizar a gestão de saúde pelos próximos anos. Eu repito, com a aprovação desta PEC que aumenta de 12% para 15% o mínimo constitucional catarinense, nós estaremos contribuindo para a garantia da saúde da nossa gente.

Então, a orientação da bancada do Partido dos Trabalhadores é votar "sim" para que possamos aprovar esta PEC, pois é justa a reivindicação de todos os secretários municipais e, principalmente, do povo catarinense.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) -  
Continua em discussão.

Com a palavra o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, fala-se muito que é preciso que o Brasil invista em infraestrutura, que tenha

boas rodovias, bom transporte ferroviário e isso tudo é verdade. E se compara o país, muitas vezes, com países outros que estão investindo em infraestrutura de forma forte. Agora, sempre é importante lembrar que esses países que hoje investem em infraestrutura, de forma forte, no passado investiram primeiro em educação e saúde, porque o grande patrimônio de qualquer país é o seu povo, e o investimento que se faz nas pessoas não é volátil.

O investimento feito em planos econômicos, como fez o governo brasileiro recentemente, com financiamento pelo BNDES para várias empresas, virou poeira e, hoje, o Brasil atravessa uma grave crise econômica.

Por isso, alguns defendem que é preciso haver cortes nos gastos públicos, e claro que é necessário, mas continuamos insistindo que há áreas específicas, àquelas que atendem as pessoas, elas precisam de mais dinheiro. Nós precisamos cuidar das nossas pessoas, nós precisamos fazer com que as nossas crianças tenham uma sala adequada na primeira infância, tenham uma boa escola, e em Santa Catarina estamos indo na contramão do que se defende atualmente, eu entendo, mas estamos indo no caminho certo.

Nós precisamos, neste momento, mais do que nunca, aumentar os recursos para a Educação e Saúde. Quando há dificuldades não é hora de pintar a casa por fora, não é hora de trocar as tábuas que estão com problemas, é hora de dar o leite para as crianças, é hora de atender as crianças quando estão doentes, porque isso produz um prejuízo que não se recupera mais. A tábua nós trocamos depois, se sobrarem recursos.

Por isso, essa proposta de emenda constitucional tem aqui uma característica importante, é a primeira proposta, a partir da Constituição Estadual, que permitir aos vereadores apresentem uma emenda constitucional. *[Taquígrafa: Sílvia]*

E os vereadores, através de 154 Câmaras municipais, votaram um projeto de resolução e decreto legislativo encaminhando a esta Casa,

sendo que a comissão de Constituição e Justiça verificou que estava correto e colocou em tramitação. É a primeira proposta oriunda de Câmaras de Vereadores. E os deputados desta Casa estão apresentando no Congresso Nacional proposta de emenda constitucional para serem realizadas algumas alterações, sendo que deputado Kennedy Nunes, que está trabalhando junto com várias pessoas, acabou de receber a décima segunda assinatura - e é preciso ter a assinatura de 13 assembleias -, e certamente daqui a algum tempo teremos as 13, e não aceleramos mais assinaturas para no início do ano que vem apresentar a proposta.

Por isso, esta PEC que teve apoio importante do presidente, deputado Gelson Merisio, que com outros deputados apresentou outra proposta, e que agora está sendo fundida para se achar uma alternativa comum, que é de todos, dos vereadores, do deputado Gelson Merisio e de outros deputados, até porque o estado, os representantes da saúde sabem, está com o pagamento atrasado desde o mês de fevereiro porque não existe dinheiro e não se está sendo priorizado o que é mais importante.

Estou na tribuna pedindo o apoio dos companheiros para esta proposta dos vereadores de Santa Catarina, para que possamos votar em primeiro turno os 15% e após em segundo turno, porque temos no estado uma situação diferenciada, e vamos mostrar ao Brasil o que os catarinenses sempre demonstraram que aqui cuidamos do povo, das nossas crianças e com a educação, e vai continuar se destacando com a aprovação desta PEC.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Leonel Pavan.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Cumprimento todos os parlamentares, membros da Casa, que estão sensibilizados com a causa, que abala e faz com que a grande maioria do povo de Santa Catarina, do

Brasil, sofra com a falta de investimentos na área da Saúde.

Mas quero saudar especialmente ao presidente da Casa, deputado Gelson Merisio, pela sensibilidade em compartilhar junto com as 154 Câmaras de Vereadores do estado. A atitude do sr. presidente não é apenas de homem que tem sensibilidade com o pleito, mas, sim, de alguém que, assim como nós, todos os dias, recebe pessoas pedindo socorro para que possamos apresentar emendas que possam beneficiar os municípios à área da saúde, ou seja, para melhorar os postos de saúde, liberar recursos para compra de remédios ou para investir nos hospitais municipais e regional. Todos os dias recebemos pleitos de vereadores, de prefeitos, de vice-prefeitos, pessoas ligadas à saúde e que sofrem na carne diariamente a procura de socorro para pessoas que procuram atenção do poder público.

Quero dizer, sr. presidente, que nós teremos no primeiro ano em torno de R\$ 100 milhões a mais que serão investidos na Saúde, e nos três anos posteriores teremos em torno de R\$ 340 milhões de investimentos. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Sem dúvida alguma, é um recurso que vem diminuir o sofrimento, e, certamente, também irá atender ao pleito daqueles que todos os dias reivindicam melhores investimentos nesta área.

Veja que os municípios do nosso estado, senhores parlamentares, já investem mais do que 15%, e a média de investimento de todos os nossos municípios chega a mais de 23%. Eles já investem. Os municípios investem mais do que é de direito. O estado é que muitas vezes não investe mais, ou no percentual, como os municípios estão investindo.

Eu acho que essa PEC vem, sem dúvida alguma, amenizar o sofrimento, vem diminuir as reivindicações, mas certamente servirá como exemplo para o Brasil, de que este Parlamento, o estado de Santa Catarina, está sensibilizado com as reivindicações dos profissionais da Saúde, dos senhores vereadores, dos nossos gestores e da própria sociedade de Santa Catarina.

Por isso, quero aqui, senhor presidente, ao cumprimentá-lo, cumprimentar todos os demais parlamentares. Não há um sequer, aqui, que não esteja, neste momento, feliz com essa proposta. E, sem dúvida alguma, o estado de Santa Catarina irá reconhecer o esforço desta Casa, bem como o de todos aqueles que estão sensibilizados com essa grande causa social.

Parabéns, e o PSDB não só vota unido, como estará sempre presente e apoiando projetos desta natureza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado Neodi Saretta.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses.

Queria, antes de mais nada, cumprimentar todos os secretários e os representantes das secretarias municipais de Saúde que estão aqui presentes. Quero, na pessoa do secretário municipal de Saúde de Concórdia, Alessandro Vernize, cumprimentar todos, inclusive entidades que estão aqui, representantes de federações dos hospitais, enfim, dizer que hoje é um momento importante. Mas nós vivemos um paradoxo, também, porque justamente neste momento, em Brasília, está sendo discutida a PEC n. 241, que vai provocar um arrocho, uma perda de recursos substanciais para áreas vitais, como é a Saúde e a Educação, nós próximos 20 anos, no país.

Então, enquanto lá se discute a retirada, nós estamos aqui fazendo um ato importante, que é a discussão desta Proposta de Emenda Constitucional n. 0001/2016, que vai trazer um avanço importante para a Saúde catarinense.

Eu diria até que é um sonho que nós estamos realizando, porque por inúmeras vezes ocupamos, inclusive, deputado presidente, v.exa. que toma e capitania esta emenda constitucional, fomos à tribuna defender exatamente esta tese, do aumento

dos recursos para esta área vital, que é a Saúde. Vivenciei, enquanto gestor, enquanto prefeito municipal, também, a dura realidade dos habitantes, do dia a dia na busca da Saúde. E o nosso orçamento nunca se ateve aos 15% que era o mínimo constitucional, sempre fizemos mais.

E o estado, que tem por obrigação constitucional os 12%, e tem mantido basicamente próximo aos 12%, ao fazer esta elevação, sr. presidente, nós vamos possibilitar, de fato, um melhor atendimento na Saúde catarinense.

A prova da dificuldade dos recursos está aqui, hoje, essa mobilização de secretários de Saúde, de secretarias municipais de Saúde, em vista, inclusive, deste atraso dos repasses que está sendo feito com os municípios. Nós esperamos que este acordo realizado, esta proposta que anunciou este parcelamento, possa de fato ser concretizado. Mas creio que a partir da aprovação desta emenda constitucional, e da entrada em vigor disso, a partir de 2017, ainda que de forma escalonada, nós vamos ter um avanço, de fato, porque teremos mais recursos, aquilo que a gente chama de dinheiro novo, ou seja, para além dos atuais 12%.  
[Taquígrafa: Sara]

Por isso, o escalonamento, com 13% em 2017, 14% em 2018 e 15% em 2019, vai garantir de fato a ampliação desses recursos.

Por isso nos estamos felizes neste dia em poder ver esta proposta de emenda constitucional ser colocada em votação, em podermos votar, com certeza, senão na unanimidade, mas na ampla maioria dos parlamentares desta Casa, pela aprovação desta emenda constitucional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que acompanham esse memorável dia, quando ainda era deputado federal, no ano de 2000,

começou o debate sobre a Emenda n. 29, a PEC da Saúde, no Congresso Nacional. Em 2001, foi promulgada, pelo falecido Antônio Carlos Magalhães, presidente do Congresso, a Emenda n. 29, que obriga os municípios a gastarem no mínimo 15% do seu orçamento em saúde e os estados 12%, e para a União ficou uma variação nominal do PIB nos quatro anos seguintes, uma pequena variação. E isso implicou num ganho real para a saúde durante aqueles quatro anos.

Houve um hiato, um grande tempo até o governo federal se mexer, e recentemente foi aprovada uma emenda constitucional que mudou a parte que cabe à União em melhorar a saúde. Mas melhorou, incluindo uma piora, porque veio realmente dar um presente de grego a todos os estados e municípios da nação. Não podemos mais conviver com essa situação pré-falimentar das prefeituras, que impinge ao prefeito e aos secretários municipais um ônus que não é deles, que não é repartido.

Nós precisamos, e aqui vem a altivez, a sensibilidade desta Casa de ir no "q" da questão. Em tempos de crise temos que investir naquilo que é importante, o mais importante, que é a saúde. E aqui estamos dando conta do recado, estamos fazendo um esforço parlamentar nesta Casa para tentar resolver a situação. Não sei se resolverá por muito tempo, por conta dos custos da saúde e das dificuldades que os hospitais enfrentam e enfrentaram de atraso nestes últimos tempos, tendo que recorrer à rede bancária, que não quer nem saber se o cliente é bonzinho, se faz coisa boa, porque o juro é o mesmo. E a desgraça é maior ainda, porque eles lidam com tabelas congeladas há quase 20 anos. Então, é maldade em cima de maldade com gente que só quer ver o bem das pessoas, principalmente do setor filantrópico, que envolve pessoas devotadas, empresários, colocados dentro dessas administrações para dar conta de mais de 70% do atendimento do SUS neste estado.

Portanto, essa é uma reparação que já deveria ter sido feita, mas vem em bom tempo e tomara que com essa ajuda possamos melhorar o setor de saúde,

rever algumas coisas, pois ainda não terminou a briga.

E, para terminar, sr. presidente, não adianta mexermos na Constituição, porque estaremos tirando dinheiro de algum outro canto do orçamento do estado, o que se precisa realmente é rever privilégios dentro dos poderes, pois tem gente que se aposenta recebendo acima do teto. Esse tipo de problema é que teremos que enfrentar. E daqui a alguns anos teremos que passar o valor para 16%, 17% e 18%, porque as aposentadorias, principalmente no setor público, é que mais consomem os recursos do estado. Assim, em determinado momento, seja no Congresso nacional ou nos Parlamentos estaduais, teremos que tomar conta disso, pois senão daqui a pouco ficará tudo no mesmo, voltaremos às mobilizações, apelos, juro. Precisaremos fazer o que deveria já ter sido feito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Milton Hobus - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Milton Hobus. *[Taquígrafa: Cristiany]*

DEPUTADO MILTON HOBUS - Presidente, deputado Gelson Merisio, demais colegas da Casa.

Sr. presidente, primeiramente quero cumprimentá-lo pela visão da emenda constitucional que altera o índice constitucional da Saúde do investimento em saúde em Santa Catarina. É pena que ela venha num momento de crise econômica e que vai só ajudar a tapar o furo, e isso é a grande diferença! A grande diferença é que saúde, educação, infraestrutura é investimento, não é custo, não é custeio, porque tudo aquilo que chega ao cidadão é investimento.

Essa é a essência da máquina pública, da administração pública, e é isso que nos incomoda. Quando falo que estamos perdendo aqui oportunidades de trabalho do nosso povo, e vamos nos empobrecendo, e vai faltar mais dinheiro para a saúde, e vai faltar mais dinheiro para a

educação, é porque vivemos num país e num modelo político que não serve mais para os dias de hoje, serviu simplesmente para os privilégios que foram criados desde a Constituição, que foi de privilégios e que temos que ter coragem de rever. A Saúde, o atendimento à saúde e ao cidadão precisa de mais dinheiro, sim, só que não teve ser tirado nem dos princípios básicos da formação da educação do nosso povo, muito menos da infraestrutura necessária para viabilizar o nosso estado de Santa Catarina, tem que ser tirado, meu presidente, do modelo de gestão que não suporta mais isso, dos privilégios, como o deputado Dr. Vicente Caropreso falou aqui, e do modelo novo que tem que ser criado em que se gaste menos com a máquina pública para ter dinheiro de verdade para investir naquilo que é a essência da vida, seja no atendimento da saúde, seja na criação de oportunidades para o povo, seja numa educação descente que forme cidadãos que possam trazer prosperidade para o nosso estado no futuro.

Então, quero simplesmente me solidarizar com todos os colegas deputados, parabenizar o presidente e os vereadores que tiveram essa iniciativa, o deputado Fernando Coruja, dizer que votamos a favor, mas eu sou um defensor árduo de que nós não podemos simplesmente tirar dinheiro de áreas produtivas para tapar furo de onde está faltando dinheiro para atender o cidadão. Temos que ter coragem de enfrentar os verdadeiros problemas que Santa Catarina tem e vamos ter que ter coragem para fazer isso, deputado Leonel Pavan.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, queria saudar v.exa. e todos os deputados, saudar todos os secretários e representantes aqui presentes.

Quero dizer que a saúde que funciona no município é a saúde que tira gente da fila dos grandes hospitais. Então, quanto melhor as condições, quanto melhor o trabalho nos municípios, melhor a saúde no estado.

Nós sabemos que, principalmente nos pequenos municípios, o cidadão quer segurança, educação, estrada boa e, quando precisar, o atendimento na unidade e nos postos de saúde.

Queria fazer justiça em relação a esta PEC que iniciou lá na União dos Vereadores de Santa Catarina, o presidente Nini Charnoski, de São Miguel d'Oeste, deputado Mauro de Nadal, foi quem começou o movimento na Uvesc, União de Vereadores de Santa Catarina, as Câmaras Municipais foram fazendo as moções e encaminhando para a Assembleia Legislativa, e hoje esta ideia foi encampada pelo presidente Gelson Merisio, por todos os deputados e se transforma em lei. Talvez seja pouco, mas vai melhorar e muito a saúde no estado, o investimento obrigatório, nada vai impedir que o município, o estado venham a investir mais, mas não poderá investir menos do que está estabelecido em lei.

Então, em nome também do deputado Nilso Berlanda, do deputado Natalino Lázare, o nosso voto, o nosso apoio pela importância que a PEC tem para o estado de Santa Catarina para a população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar todos os secretários municipais da Saúde, todos os dirigentes da Saúde dos municípios catarinenses, e dizer que hoje é um dia histórico, presidente, e que tenho o orgulho em participar desse momento em que definimos mais investimentos em saúde, passando de 12% para gradativamente 15%.  
[Taquígrafa: Elzamar]

Mas é um dia também bastante contraditório porque enquanto os ventos de Brasília retiram e congelam investimentos por 20 anos, nos parece que

Santa Catarina não faz parte deste país que se diz tanto que está quebrado.

Então, quero afirmar que quando nós tratamos de Saúde e Educação não tem como congelar recursos, porque nós não estamos tratando de gastos, mas tratando daquilo que é a função social do estado, para isso que ele existe e se a PEC fosse aplicada há dez anos, nós teríamos uma perda, aliás, em 20 anos de R\$ 743 bilhões, segundo dados apontados por órgãos ligados à saúde, e R\$ 424 bilhões segundo o próprio Conselho Nacional de Saúde.

Assim, eu quero dizer que Santa Catarina, que bom, vai na contramão dizendo para o país que nos momentos de dificuldade é que o estado tem que mostrar para que é que ele existe, que é investir no cidadão, investir na Saúde e investir, também, na Educação. Mas, quem deveria estar aqui para ouvir isso é o secretário de estado da Saúde, que tem deixado muito a desejar no repasse de recursos às prefeituras municipais deste estado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) -  
Continua em discussão.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Luiz Fernando Vampiro.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, em seu nome cumprimento os demais parlamentares da Casa, o sr. Altamiro Bittencourt, os diretores de hospitais filantrópicos e os secretários municipais de saúde.

Mas gostaria aqui de falar sobre o eco das cidades de Santa Catarina nesta Casa. Não há dúvida nenhuma que as mais de 150 câmaras municipais entendem que o vereador que está lá na ponta ele tem quase que a sua casa diariamente sendo alvo de uma solicitação, de uma demanda, de uma reivindicação e, assim, não é diferente com o secretário municipal de saúde, que dê atenção à saúde, seja emergencial ou não.

Esta Casa teve amparo dessa situação em inúmeras ações, acho que nós devemos registrar uma ação importante de todos os parlamentares, desta

Casa, sem exceção, da economia expressiva que houve de cada parlamentar quando ocorreu uma devolução de mais de R\$ 50 milhões para ser usado na saúde de Santa Catarina.

E, agora, esta Casa, novamente, dá exemplos, pois a nossa função é de legislar, de fiscalizar, e neste momento apresenta essa PEC que aumenta, obviamente, o número de aporte de recursos financeiros que a saúde ganhará a partir de 2017.

Por isso, que todos nós, parlamentares, independente de sigla partidária, independentemente do que pensamos aqui, mas nós temos uma única bandeira, que é a da Saúde de Santa Catarina.

Parabéns aos deputados todos que estão irmanados nesse projeto.

Muito obrigado!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) -  
Continua em discussão.

Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, quero cumprimentar igualmente todos os secretários municipais de saúde que vêm a esta Casa, hoje, todos os profissionais de saúde do estado, os dirigentes de hospitais.

Eu quero na minha breve manifestação dizer que esse dia, sem dúvida alguma, nessa legislatura, é um dia para ficar marcado na história, muitos são os pronunciamentos de todos nós quando defendemos mais recursos para a saúde, como defendemos aqueles que estão na fila e que nos procuram, nos abordam por telefone, pessoalmente, buscando não furar fila, ninguém quer furar a fila, aliás, ninguém quer a fila, esses recursos quando você busca aumentá-los para a saúde, como é esse gesto que se pratica, é para acabar com a fila.

Quando o vereador ou o prefeito, o deputado, ou o secretário de saúde é instado a buscar o atendimento de um amigo, de um paciente, de um anônimo que tem por vezes uma doença grave, que requer atendimento urgente, para hoje, e não para daqui a seis meses, porque aí já pode ser muito tarde e muitas vezes já é tarde, muitas vezes

aquele que tenta buscar uma saída pode incorrer em uma ilegalidade. [Taquígrafa: *Sílvia*]

Portanto, o que se faz hoje aqui e o que deve e já deveria ter acontecido, é lógico que precisamos nos mobilizar para que esta emenda seja aprovada, que alcance a sua efetividade, que o gestor tenha a capacidade de saber escolher as prioridades, e esta é sem dúvida alguma uma, porque ainda estamos passando por processo eleitoral, e qualquer pesquisa que se faça, em qualquer lugar, em qualquer município do estado ou país, o primeiro problema que se apresenta é a questão da saúde.

Hoje estamos dando um passo importante e as duas proposições, e não vale destacar autoria, se do presidente da Casa, dos secretários municipais ou vereadores, o importante é que as proposições estão sendo deliberadas na Casa, através de todos os deputados presentes que vão dar resposta ao importante problema que a partir dos recursos que serão deliberados gradativamente, temos a convicção e que o fardo que os secretários de saúde, os dirigentes dos hospitais e cada um de nós entes públicos e agentes políticos o fardo que todos carregam será aliviado com recursos que entrarão nos caixas dos municípios.

Parabenizo e felicito os dois autores o presidente da Casa, e vereadores de todas as Câmaras Municipais do estado que souberam se mobilizar, pois a Casa também se movimenta com mobilização e pressão, e não a como não ser sensível à questão.

Então, o movimento realizado encontrou sim eco na Casa e razão também para que possamos dar voto sim à aprovação do projeto, e como já disse o projeto mais importante da atual legislatura. E eu encaminho à bancada do PMDB à aprovação do projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, só para destacar, nós desenvolvemos um trabalho muito forte no estado de Santa Catarina nos anos 2012 e 2013, na época o ex-deputado Volnei Morastoni era presidente da comissão de Saúde, foi um trabalho de mobilização, houve assinaturas com abaixo-assinado entregue em Brasília, e buscávamos a conscientização do governo federal para que fosse investido no mínimo 10% da arrecadação na área de saúde, e foram muitas as assinaturas colhidas. A associação dos hospitais, os secretários de saúde também ajudaram, os deputados todos estavam mobilizados no pleito e encaminhamos a Brasília, e lamentavelmente a voz do brasileiro não teve eco, não conseguimos avançar no propósito. Em Brasília, eu tenho acompanhado, o governo federal tem gastado e ao máximo que chegou foi 4% da receita na área da Saúde, o que é muito pouco. Os municípios do estado de Santa Catarina, e dificilmente temos encontrado um município que invista menos de 20% da sua receita na área da Saúde, enfim, todos gastam muito mais e estão fazendo milagre para honrar os compromissos e atender bem a sua população.

Mas o eco da reivindicação dos catarinenses e aqui respaldado pelos vereadores que encaminharam inúmeras moções para a comissão de Constituição e Justiça, o trabalho realizado na comissão da Saúde, e cito o trabalho do deputado Fernando Coruja, os membros da comissão, os deputados médicos que encamparam o projeto, v.exa. presidente, deputado Gelson Merisio, que teve a iniciativa do projeto de lei, respaldaram o clamor do catarinense que quer mais investimento na área da saúde, uma área de extrema necessidade do povo brasileiro, e em Santa Catarina o eco se torna um projeto de emenda constitucional, que vamos votar em seguida e, acredito, terá o apoio unanime dos pares da Casa. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Mas Santa Catarina dá um exemplo, votando o aumento do repasse de 12% para 15%.

Aí vêm os questionamentos. Mas, sim, o estado já gasta mais do que 12%, mas agora terá a obrigatoriedade constitucional do gasto de até

15%. O que representam esses 15%? A grossos termos, representam em torno de R\$ 110 milhões. Em três anos, estes R\$ 110 milhões vão representar R\$ 600 milhões, porque no ano que vem serão R\$ 220, no outro ano serão R\$ 330, que somado ao que já foi repassado, nós vamos chegar a R\$ 600 milhões. Então, é um ganho para o catarinense, é um ganho para a Saúde do catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados. Hoje é uma tarde memorável, é uma tarde inesquecível. Eu, com os meus sete mandatos, aqui nesta Casa, já aprovei e ajudei a aprovar muitos projetos importantes, mas, talvez, nesse momento da economia catarinense e brasileira, momento de turbulência na nossa economia, é muito importante aprovarmos este projeto que busca trazer uma luz para a área da Saúde, para o governo, para os hospitais, para as secretarias e para as prefeituras.

Então, acho que foi um trabalho de gigante. Quero cumprimentar o deputado Fernando Coruja que coordenou todas as ações dos vereadores das 154 Câmaras de Santa Catarina, e acabou nascendo esta PEC extraordinária. Quero também cumprimentar o presidente, porque o aumento proposto anteriormente era de 0,5% e ele teve a coragem de fazer uma emenda e passar para 1%. Então, tem que ser reconhecido e cumprimentado.

Hoje nós vamos aprovar um projeto que vai trazer, vai colocar, não chega a R\$ 200 milhões em 2017, mas vai chegar a R\$ 300 em 2018, e passa de R\$ 400 em 2019. É ganho real para Santa Catarina, é um ganho real para a Saúde.

Parabéns a todos da área da Saúde, ganha o povo e ganha Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria que v.exa. abrisse a votação, porque vai acabar a luz. Temos que votar rapidamente.

Muito obrigado!

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, senhores e senhoras que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital, os presentes nesta tarde de hoje.

O dia de hoje, sr. presidente, é um dia de contradições. Por um lado, desde hoje cedo, depois de tantas reclamações, cobranças de prefeitos, secretários municipais, conselhos municipais de Saúde, eu acompanhei uma reunião na Casa Civil sobre a dívida do estado com os municípios.

E, por outro lado, nós estamos discutindo, também hoje, o aumento constitucional dos recursos para a Saúde. Também, lá em Brasília está prestes a ser votada uma redução drástica dos investimentos para a Saúde.

Felizmente, hoje à tarde, no ato em frente ao palácio do governador, os secretários, os dirigentes municipais, os conselhos municipais, levantaram esta pauta. Nós temos que levantar isso com muita força, porque isso é o caos da Saúde para o futuro.

Não adianta vir aqui fazer discurso bonito, de que está tudo bem, se lá na frente nós vamos ter mais de 30 bilhões por ano a menos, na Saúde. O que faz um secretário municipal de Saúde quando o povo vem e precisa de atendimento, pois está com um câncer, está com problemas graves. Esta área da Saúde, com certeza, é das mais sensíveis da política pública.

Nós apoiamos esta emenda, discutimos isso já muitas vezes, e apresentamos aqui, no nosso mandato, o debate. Na nossa bancada, deputada Luciane Carminatti, apresentamos esse debate de aumento de recurso. O estado tem gasto o mínimo,

às vezes aperta para conseguir aplicar os 12%.  
[Taquígrafa: Sara]

Os municípios têm ampliado a aplicação de recursos. Como dizem os deputados, na maioria deles, o valor já passa de 23%, e em alguns já chega a 30%. É verdade, estamos gastando muito dinheiro no curativo e precisamos aplicar mais ainda. Esta Casa fez um gesto. Reduzimos a nossa atividade parlamentar e ajudamos com mais de R\$ 106 milhões no ano passado.

Queríamos serviço novo, e aprovamos aqui serviço novo. O governador foi lá e mudou a lei. O governo estava com dívidas para com os hospitais. Está correto pagar dívida, quem deve tem que pagar, pois foi prestado o serviço. Agora, nós queríamos com o dinheiro novo atender aquelas pessoas que estão nas filas de atendimento, que nos vêm, todos os dias, pedir atendimento médico, com justiça, com direito.

Por isso, digo que hoje é um dia de contradições. E os secretários e conselhos municipais estão aqui hoje cobrando a conta também. O estado deve dez parcelas deste ano, deve do ano passado, deve de 2014. Não pagou a conta. E o pessoal não acredita mais no secretário, porque já falou sobre isso várias vezes, mas não pagou a conta. Tem que pagar a conta para os municípios. Por isso, vivemos esse dia de contradições. Queremos que a questão seja respeitada e valorizada.

Outra questão muito grave é que, numa manobra fiscal, do ano passado e do início deste ano, dos recursos do ICMS da Celesc, o estado tirou R\$71,6 milhões da Saúde. Então, é essa a contradição que vivemos hoje. Felizmente as pessoas estão mostrando a realidade. Até pouco tempo atrás, o secretário da Fazenda vinha a esta Casa e dizia que nós éramos exemplo de gestão no Brasil, que o estado está em dia. Mas que nada, está devendo para os municípios transporte escolar, saúde desde 2014. Não pode falar que está em dia! Se o governo está em dia, está em dia. Se Santa Catarina é um estado exemplo de gestão, não pode dever aos hospitais, aos municípios, à população

catarinense. Esse é o dia da contradição que vivemos. Mas somos favoráveis à PEC, porque depois vamos cobrar o investimento em saúde. Não estamos aqui para fazer de conta, mas para que as coisas de fato aconteçam. Quem governa tem que governar para a população catarinense para que o povo possa se orgulhar deste estado.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Antes de abriremos o painel para votação, permitam-me fazer três breves considerações que me parecem ser necessárias.

Primeiramente, quero cumprimentar o deputado Valdir Cobalchini, que colocou de forma precisa a forma com que esse projeto chegou até aqui. Em segundo lugar, ao passo que registro as presenças do sr. Tércio Karsten, presidente da Fehoesc; do sr. Altamiro Bittencourt, presidente da Ahesc; do sr. Hilário Dalmann, presidente da Fehosc, e dos diretores Atilano, Dario e Canísio; quero recordar a origem da PEC n. 0001/2016, que quando iniciou a sua tramitação na Assembleia Legislativa ainda não havia o ingresso na Casa da PEC das Câmaras dos Vereadores, que tramitava na forma de encaminhamento, mas não com o registro.

E o meu ingresso com essa PEC deu-se exatamente após uma conversa com as entidades dos hospitais, dialogando com os deputados médicos desta Casa, com o registro especial dos deputados Antônio Aguiar, Dr. Vicente Caropreso e José Milton Scheffer. Sinceramente, quando ingressei a matéria, fiz como presidente da Casa, parece-me que esse tipo de projeto não se trata de uma iniciativa parlamentar, mas de uma iniciativa dos 40 deputados, os quais represento no processo. Não tenho nenhuma pretensão em reivindicar a autoria, porque acredito ser de todos os deputados e associada às Câmaras dos vereadores que tinham uma proposta um pouco diferente e alongada de aplicação, se fôssemos levar em conta a vontade única do governo, talvez fosse melhor aprovar a PEC das Câmaras de vereadores.

Agora, é evidente que com a longevidade que demonstra, também, que temos, sim, uma melhora considerável no serviço de saúde, se olharmos para trás, e isso é óbvio, não apenas em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo. [Taquígrafa: Cristiany]

Por isso mesmo a nossa expectativa de vida, que era de 68 anos, hoje está beirando os 78 anos, o que gera pressão na demanda de serviços a serem prestados. Temos uma medicina que evolui todos os anos e por isso mesmo se torna mais cara e mais resolutiva e uma justa necessária cobrança e exigência especialmente da classe média, das classes mais carentes que exigem não apenas o serviço de saúde, mas um serviço cada vez mais com qualidade.

Este é o bom problema que temos para resolver! A única forma de encontrarmos solução para isso é todos entendermos que vamos ter sempre o 100% que quando, como hoje, alteramos de 12% para 15%, nós, logo aí na frente, teremos que inverter prioridades e definirmos de forma muito clara o que queremos que seja executado.

Esta Casa faz a partir de hoje a efetiva definição de prioridade de um gasto que hoje está mais do que os 12%, este ano será 14%. Agora, precisamos também entender que a receita do estado de Santa Catarina em 2016 será menor do que a receita do estado em 2014, fruto dessa grave crise econômica que todos estão acompanhando, aliás, a maior da história da economia brasileira.

Nunca tivemos um período tão longo com tanta recessão que está refletindo em todas as finanças dos estados e dos municípios. Aqueles que têm uma boa gestão, como é o estado de Santa Catarina, irão pagar o 13º salário e a folha de pagamento em dia até o final do ano. São 21 os estados brasileiros que não terão essa condição de fazer por suas deficiências de gestão e também por essa grave crise que assola.

Quando retomarmos o crescimento, e se torce para que logo isso ocorra, e nós tivermos os 15% aplicados, agora serão R\$ 300 milhões por ano com as receitas que temos hoje, mas com o crescimento

que advirá de um aumento também da receita, serão valores muito significativos que permitirão melhorar a qualidade dos serviços prestados, melhorar a forma do serviço prestado e, tenho certeza, que será um paradigma em termos de atendimento construtivo e crescente a esta população catarinense que merece, precisa e reclama por melhores serviços da saúde.

Por isso, divido, de forma muito sincera, com os 40 deputados, a autoria deste projeto e também com as câmaras de vereadores, porque para Santa Catarina e para quem está doente lá no interior do estado, na pequena cidade, na grande cidade, não importa de onde que é a origem do projeto de lei, da emenda ou de que governo é, ou seja, municipal, federal e estadual, o que importa é o médico, o remédio e o serviço prestado sendo prestado da melhor forma possível. Para isso que todos nós, temos certeza, estamos aqui dispostos a fazer.

A matéria continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim

DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, enquanto nós exercemos o nosso direito de voto, acredito que a maioria vá votar "sim", gostaria de registrar a presença do prefeito Agrolândia, José Constante, juntamente com o vereador eleito, Hélio Cipó e seus familiares, que estão acompanhando esta sessão legislativa, aos quais damos as boas-vindas.

Muito obrigada.

Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, enquanto v.exa. colhe os votos, quero parabenizar toda a equipe da TVAL pelos 17 anos de trabalhos prestados, não só para divulgar aquilo que acontece aqui no Parlamento, mas também divulgar o que há de melhor em Santa Catarina a todos os catarinenses.

Parabéns a todos os profissionais.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 35 votos "sim".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

(Manifestações das galerias)

Consulto os srs. líderes se deliberaremos em segundo turno esta matéria no dia de hoje.

(As lideranças aquiescem.)

Sendo assim, neste momento, a Presidência encerra a sessão, convocando outra, extraordinária, para as 17h06, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. [Taquígrafa: Elzamar]

[Revisão Final - Taquígrafa: Renata]